



Corrente Proletária dos **BANCÁRIOS**

Corrente Sindical do
Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela
Reconstrução da IV Internacional
#6/2026 – 25 de setembro de 2026
@massas.por – pormassas.org



Campanha salarial dos bancários – 2026

TODO APOIO À GREVE NA CAIXA! ABAIXO A JUDICIALIZAÇÃO! DEFENDER O DIREITO DE GREVE!

A greve na Caixa expressa, de um lado, a resistência dos trabalhadores contra os ataques aos direitos, à saúde, aos empregos e às condições de trabalho no setor público e, de outro, a intransigência patronal em atender as reivindicações dos trabalhadores. Nas vésperas das eleições e em meio ao mar de campanhas eleitorais, que buscam desviar os explorados do caminho da luta independente por suas reivindicações, os trabalhadores seguem firme na luta.

CAIXA JUDICIALIZA ACORDO

Mesmo sob pressão da direção da Caixa e de setores das direções sindicais que pretendiam encerrar o movimento, os trabalhadores mantiveram a greve rejeitando a proposta patronal pela ampla maioria das bases em 21 de setembro. Foi a mobilização que havia obrigado a empresa a recuar e reabrir as negociações, o que demonstrou a força da greve, mesmo que ainda não tivesse uma vitória definitiva.

Agora, a Caixa levou o conflito ao Tribunal Superior do Trabalho. Está marcada para **terça-feira, 29 de setembro, às 14h30**, a audiência de julgamento do dissídio coletivo de greve. *Devemos rejeitar terminantemente a judicialização, pois ela é o primeiro passo no caminho de criminalização do movimento, de ataque ao direito de greve.*

É preciso defender o atendimento integral das reivindicações. A categoria reivindica Saúde Caixa para todos, na ativa e na aposentadoria; custeio de 70% pela Caixa; fim do teto e da 13ª mensalidade; transparência total sobre as contas do plano; fiscalização rigorosa da rede credenciada; e retorno ou entrada livre no plano. Também estão entre as reivindicações o abono integral dos dias parados, a garantia de função para os colegas da Tecnologia da Informação, o fim da chamada “função minuto”, a existência de ao menos dois caixas efetivos por unidade, o pagamento da quebra de caixa e a indeniza-

ção ou compensação pelas 7ª e 8ª horas trabalhadas pelos tesoureiros. A proposta negociada com a Fenaban, com acordo de dois anos, reposição da inflação e apenas 0,6% de aumento real, não recompõe as perdas acumuladas nem responde ao adoecimento, à redução dos postos de trabalho e à precarização das condições de trabalho.

O Ministério Público do Trabalho acionou o Tribunal Superior do Trabalho para interferir na negociação. Em 23 de setembro, a Vice-Presidência do TST realizou audiência com a Caixa e as entidades sindicais, mas a mediação terminou sem acordo. A Caixa manteve sua intransigência e os ataques ao funcionalismo.

O ATAQUE AO FUNCIONALISMO É UM ATAQUE DO GOVERNO LULA

A direção da Caixa não caiu do céu. Foi escolhida pelo governo Lula e aplica uma política que responde às diretrizes do governo e aos interesses do capital. Em vez de atender às reivindicações, o governo permite que a Justiça intervenha em favor da empresa e dos interesses patronais.

A luta, portanto, não é apenas contra a direção da Caixa, mas também contra o governo que sustenta essa política. O governo Lula, mesmo com as diferenças com a extrema direita entreguista e pró-imperialista, continua sendo um governo burguês, que preserva a propriedade privada dos meios de produção e protege os negócios e os lucros dos bilionários capitalistas.

A burocracia sindical também tem responsabilidade. As direções majoritárias ligadas à CUT e ao PT não projetaram a luta nem buscaram unificar a Caixa com outros setores, como os Correios que estavam em greve. O isolamento da greve não é uma imposição inevitável: é resultado consciente de uma política traidora dos interesses dos explorados. Também devem ser denunciadas as manobras que contribuíram para enter-

rar a greve no Banco do Brasil e dividir a mobilização dos bancos públicos.

A ausência de manifestações massivas de rua e de ocupação dos espaços públicos permite o desgaste da greve e abre caminho para manobras da empresa, do governo e da burocracia sindical. Não podemos aceitar o fim da paralisação sem o atendimento das reivindicações.

Os bancários devem tomar a greve em suas próprias mãos. O patronato e o governo só recuarão diante de uma mobilização cada vez mais massiva, com grandes manifestações de rua. Negociações de cúpula entre banqueiros e burocracia sindical, sem controle das bases, significam derrota para os trabalhadores.

É preciso organizar comitês de greve, fortalecer os comandos locais e construir um comando nacional de greve, com representantes eleitos e revogáveis pelas assembleias. A luta deve ser intensificada pelas bandeiras da unidade nacional dos grevistas e do direito irrestrito de organização, manifestação e greve.

A Justiça sempre poderá encontrar uma justificativa para declarar a greve “abusiva”, impor limites ou deixar de atender às reivindicações. O TST não pode e não quer alterar a política de precarização e privatismo do governo e da empresa. A disputa judicial ocorre no campo das instituições burguesas, que preservam a propriedade privada e os lucros capitalistas.

O direito de greve não é uma autorização concedida pelo Estado burguês. É um método de ação dos exploradores, é uma conquista da classe operária em luta contra a exploração capitalista e que só pode ser preservado com a mobilização. Não devemos entregar aos tribunais o controle sobre os rumos do movimento. Os direitos dos trabalhadores serão garantidos por grandes mobilizações, independência de classe e controle das bases.

DEFENDER A SAÚDE PÚBLICA

A greve da Caixa e dos Correios mostram que a saúde é uma preocupação central dos trabalhadores. A saúde pública sofre com a falta de investimentos e com o avanço das privatizações, enquanto os planos privados e empresariais absorvem uma parcela cada vez maior dos salários.

A defesa imediata do Saúde Caixa é necessária, mas deve estar ligada à defesa de um único sistema público de saúde, gratuito e acessível a todos. A precarização dos serviços públicos não pode ser usada para justificar sua privatização.

A receita privatista é conhecida: deterioram-se os serviços, retiram-se direitos, reduzem-se salários e, depois,

entrega-se a estrutura aos capitalistas, que passam a lucrar com necessidades essenciais da população.

A defesa consequente do SUS exige combater os lucros privados na saúde, ampliar os investimentos públicos e expropriar, sem indenização, toda a rede privada de saúde. Os recursos hoje destinados aos planos devem formar um fundo estatal para financiar um sistema público, gratuito e integral, pago pelos capitalistas e sem descontos nos salários dos trabalhadores.

PELO ATENDIMENTO INTEGRAL DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA CAIXA!

Todo apoio à greve na Caixa!

Saúde Caixa para trabalhadores da ativa, aposentados e dependentes

Custeio integral do Saúde Caixa pela Caixa

Fim do teto e da 13ª mensalidade

Abono integral dos dias parados

Recomposição de todas as perdas salariais

Preservação dos direitos, empregos e funções

Contratação de pessoal e melhores condições de trabalho

Fim da “função minuto” e pagamento da quebra de caixa

Compensação das 7ª e 8ª horas dos tesoureiros

Abaixo as metas, que sobrecarregam e adoecem os trabalhadores

Abaixo a judicialização da greve

Em defesa das empresas e dos serviços públicos

Contra a privatização da saúde. Erguer a luta em defesa de um único sistema de saúde público e gratuito e pela expropriação sem indenização de toda a saúde privada

Rejeitar as manobras de divisão das reivindicações

Em defesa da democracia operária, com controle das bases sobre todas as negociações